

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos vinte cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Portomosenses na Guerra do Ultramar;-----

-----2. Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós;-----

-----3. 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano 2011;-----

-----4. Regulamento Municipal para Utilização do Castelo de Porto de Mós;-----

-----5. Protocolo de delegação de competências entre o Município de Porto de Mós e a Freguesia do Juncal;-----

-----6. Emissão de Parecer sobre Projecto de Lei nº 374/XI (Fixação dos Limites Territoriais das Freguesias de São Mamede, Reguengo do Fetal e Batalha, no Município da Batalha e de Mira de Aire, Alqueidão da Serra e Calvaria de Cima no Município de Porto de Mós, bem como em consequência, os limites Territoriais dos Municípios da Batalha e Porto de Mós no que respeita às respectivas fronteiras) da iniciativa do Partido Social Democrata;-----

-----7. PROC.º N.º 181/2009 – REQUERENTE – Mármore Garcogel, Ld.º, requer a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, referente à exploração da pedreira denominada “Cabeço Gordo n.º 2”, sita na freguesia de Serro Ventoso;-----

-----8. PROC.º N.º 182/2009 – REQUERENTE – Mármore Garcogel, Ld.º, requer a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, referente à exploração da pedreira denominada “Cabeço Vedeiro”, sita na freguesia de Serro Ventoso;-----

-----9. PROCESSO N.º 441/2010 – REQUERENTE - C.S. – Coelho da Silva, S.A., requer declaração de interesse Municipal do projecto de ampliação do estabelecimento industrial, sito em Bajuncos, freguesia das Pedreiras;-----

-----10. Concessão de Exploração da Cafeteria do Parque Verde da Vila;-----

-----11. Concessão de Exploração do Snack-Bar – Doca 2 do Parque da Vila;-----

-----12. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, o seguinte membro: António Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados – PSD/Falta Justificada),-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Rita Cerejo, Júlio João Vieira Carreira e Luis Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Anabela Lizardo Fortio Marques.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foi considerada justificada pela mesa a falta à presente sessão dada pelo membro acima referido face à justificação escrita e oral que este apresentou dentro do prazo regimental. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE: -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta. -----

-----Fez referência a uma comunicação do Grupo Coral Vila Forte, enviada com conhecimento da Assembleia Municipal, Provedor de Justiça e Tribunal Constitucional. Que junto inclui o regulamento Municipal de apoio ao desenvolvimento cultural e recreativo do Município de Porto de Mós e solicitando a sua apreciação, no sentido de esclarecer o seguinte: "Será que a alínea n) do artigo 6º do presente regulamento não extrapola os poderes do Município, valorizando direcções que são escolhidas exclusivamente pelos sócios e a quem devem prestar contas. Estando em causa a atribuição de subsídios, não devem restar quaisquer dúvidas. Solicito que o vosso parecer seja entregue na Câmara Municipal de Porto de Mós."-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ainda, que alguém ligado ao grupo, o esclareça a quem endereçou o comunicado, uma vez que não está explícito. -----

-----Deu ainda especial relevância ao ofício que recebeu da Inspeção-geral da Administração Local, dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, dando conhecimento que nessa data foi remetido ao Presidente dessa Autarquia o resultado da acção inspectiva, devendo solicitar cópia desse expediente. Disse depois que o Executivo lhe enviou cópia e que o Presidente da Assembleia Municipal entendeu que devia distribuir essa cópia na Assembleia, a cada um dos deputados uma vez que são assuntos públicos, estando até disponíveis a todos na internet.-----

-----Passou depois a referir um manifesto da FENPROF, assinado por Mário Nogueira, sobre o tema "Investir na Escola, defender a Escola Pública", e onde lhe era sugerido que agendasse este assunto para discussão na Assembleia Municipal e que fosse votado. Disse ainda que decidiu não agendar, para não abrir precedentes.-----

-----Continuou ainda referindo os dois requerimentos que o deputado **Pedro Lavado Gomes Vieira (PS)**, lhe enviou, um sobre a gestão de Casa da Cultura de Mira de Aire, tendo-o enviado de imediato ao senhor Presidente da Câmara, que respondeu através do Vereador da Cultura Albino Januário, acrescentando, que o requerimento entre outras coisas propõe a criação de uma empresa Municipal para a administração da Casa da Cultura de Mira de Aire.-----

-----O outro requerimento que este deputado enviou teve a ver com o facto de ter detectado no pavilhão gimnodesportivo de Mira de Aire a presença de ratos, tendo sido igualmente encaminhado para a Câmara Municipal que respondeu.-----

3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

-----Foi posta a discussão a acta da sessão anterior tendo a deputada municipal **Ana Maria Martins Narciso (PSD)** manifestado dúvidas sobre se o que tinha dito na sua intervenção correspondia ao que estava escrito na acta na página 147 ao topo.-----

-----A mesa propôs que **Ana Maria Martins Narciso (PSD)**, se dirigisse aos serviços administrativos, para ouvir a gravação. Não havendo mais pedidos de intervenção, foi a mesma posta a votação, com ressalva de que na próxima sessão, caso fosse necessário, seria corrigido esse parágrafo, tendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.**

Assim sendo, e tendo-se dirigido aos serviços administrativos da Assembleia Municipal a deputada **Ana Narciso** a fim de ouvir a gravação na parte a que a mesma acima se referiu, ficou a sua intervenção, a pgs. 147, ao topo, da acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 18.12.2010 de com o seguinte teor:

“Referiu-se depois, àquilo que apelidou de corte cego às associações, concordando que todos devem reduzir considerando no entanto um exagero uma redução de 60%, dizendo ainda que a proporção de 3% deveria ser mantida e não um corte de 60%.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Entrando neste período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu aos deputados que quisessem de facto intervir neste período, que se inscrevessem desde já.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Fez uma chamada de atenção, relativamente à publicação municipal, dizendo que gostaria que fosse um documento informativo e o mais isento possível. Disse depois que para além de se estar a publicitar actividade municipal também se estão a publicitar feitos de munícipes, dizendo concordar dado que é a forma de se dar a conhecer ao público em geral os feitos desses portomosenses. Referiu depois vários assuntos e eventos, discutidos e organizados pela Assembleia Municipal não se referindo o nome desta e sim a Câmara Municipal como um todo. Fez ainda menção ao que é ali dito relativamente ao Regulamento Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Recreativo do Município de Porto de Mós, de que foi aprovado na Assembleia Municipal sem votos contra, o que não é de todo verdade, pois este regulamento mereceu por parte da Assembleia Municipal dez votos contra.

Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):

Usando da palavra, disse que iria referir-se aos dois requerimentos que apresentou, dizendo quanto ao primeiro, que tem a ver com a Casa da Cultura, que atendendo ao investimento de dois milhões e meio de euros que ali foi feito, se justificaria a existencia de uma pessoa com conhecimentos do mercado da cultura, aproveitando isso para dinamizar o nosso concelho a esse nível.

Referindo-se ao segundo requerimento, disse que deveria ser certificado de que o pavilhão de Mira de Aire, está desratizado, assim como os restantes edifícios do Município. Acrescentou que ficou chocado com a presença de ratos num recinto frequentado por crianças, e por isso solicitou a desratização com carácter de urgência, referindo que ainda não recebeu resposta e esperando que lhe possam responder.

António da Conceição Ferraria (CDU):

Referiu que havia um protocolo entre a Câmara Municipal de Porto de Mós e a Capela da Chainça da freguesia de São Bento, que estabelecia que seriam pagos á Comissão da capela cinco mil euros por ano, durante um período de 4 anos. Questionou porque apenas foram pagos três anos, não tendo o último ano sido pago.

Solicitou a intervenção na estrada principal de Serro Ventoso e na estrada que vai para a Sobreira, Poio e Casal Velho e também a estrada da Bezerra apesar de já ter tido algumas obras.

Referiu que faltam ainda os passeios da Pragosa, mesmo nas urbanizações mais antigas.

Perguntou também sobre a variante de Casais do Chão que é uma promessa antiga.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Perguntou ainda, após análise da correspondência da deputada Ana Narciso, relativamente ao local da construção do Quartel de Bombeiros, como é possível construir uma Pastelaria e um Snack-bar junto ao rio de Porto de Mós, e não é possível construir também lá o quartel de Bombeiros. -----

-----**Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria - PSD).** -----

-----Comentou, após análise do documento enviado à Assembleia Municipal, que não é do Coral Vila Forte, não o dizendo em lado algum. Para além disso, disse ainda que o Coral Vila Forte tem folhas timbradas e aquele documento está numa folha em branco, e não está assinado. E ainda há uma incorrecção acerca do artigo 6º, que nem sequer tem alíneas, pelo que deve estar a referir-se ao artigo 7º. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD).** -----

-----Referiu que há muitos anos, nomeadamente desde que começou a frequentar a Assembleia Municipal, sempre ouviu falar do abastecimento de água de São Bento fazendo-lhe alguma confusão, a morosidade da situação. Disse ainda que já foram feitos alguns progressos nestes anos, apesar de lentos. Fez depois referencia aos problemas que se estão a passar com o abastecimento de água a Alqueidão da Serra, dizendo ser uma situação que a todos envergonha, e manifestando a sua solidariedade para com o seu colega, Presidente de Junta. -----

-----Referiu ainda, que deveria haver um planeamento para a questão do saneamento básico na zona da serra. -----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):** -----

-----Disse ter ficado impressionada com o número de fotocópias distribuídas para esta Assembleia. Disse também que o portal da Câmara poderia ser melhor optimizado, nomeadamente em termos da Assembleia Municipal onde tudo devia estar online, sendo muito mais fácil para os partidos acompanharem. -----

-----Referiu também a necessidade da existência de um relógio na sala dizendo ser um pormenor que falta, para que toda a gente possa acompanhar os tempos de cada um. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD).** -----

-----Disse querer lançar uma sugestão ao executivo, referente a uma lei que fala sobre o amianto existente nos edifícios públicos. Questionou a Câmara perguntando se existem edifícios camarários que na sua edificação e construção contenham amianto e se existem, quais são. No caso da resposta ser afirmativa, apelou a que o executivo tome providencias, no sentido de remover o amianto desses edifícios. -----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu à deputada **Ana Narciso**, dizendo que concorda inteiramente com tudo o que disse, tanto quanto ao relógio como ao site. Disse no entanto que a dificuldade que se coloca neste aspecto é que a informação para as sessões da Assembleia vem toda ao mesmo tempo, 15 dias antes, e é difícil nessa altura, sem recursos humanos disponíveis só para esse fim, a colocação dessa documentação no referido site. Disse ainda pensar que se deve antes, começar a condensar a informação num CD, estando aberto a sugestões. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, afim de este responder aos anteriores intervenientes. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao deputado **António Pires**, dizendo que a revista referida diz respeito à actividade municipal em geral correspondendo à obra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feita. Quanto ao realce dado aos munícipes do concelho que foram premiados disse que foi intencional, esclarecendo que a revista é redigida e montada em termos gráficos, por funcionários da Câmara, a quem aqui publicamente felicita, tendo sido essas duas funcionárias, que sugeriram que se desse realce nessa revista aos feitos ilustres de alguns munícipes do concelho de Porto de Mós. -----

-----Em resposta a **Pedro Lavado**, sobre a casa da Cultura, informou que estão atentos á situação, sendo uma obra muito grande no concelho de Porto de Mós, que está em Mira de Aire. --

-----Disse ainda que muitos a consideram exagerada não sendo essa a opinião do executivo. Disse ainda que tem de ser utilizada sendo isso que se tem vindo a verificar. Foram já lá feitos quatro espectáculos, com casa cheia esperando que outros se sigam. Informou ainda que o que está lá feito, está pago. -----

-----Quanto à campanha de desratização, informa que há um acordo com uma empresa, que vem com frequência aos vários cantos do concelho de Porto de Mós, explicando aonde é feita a desratização pela empresa. -----

-----Ao senhor **António Ferraria**, respondeu que o apoio para a obra da Capela da Chainça, está pendente, porque a obra não está legalizada, pelo que a Câmara iria cometer uma infracção grave. Assim que tudo estiver legalizado, naturalmente a verba que está prevista no orçamento, e que foi prometida, será disponibilizada. Informou ainda, que à Câmara Municipal de Porto de Mós, foi aplicada uma coima de 30 000 €, pelo ICNB, acrescentando que já se contestou dizendo que Câmara não é dona da obra e também não a licenciou. -----

-----Respondeu ainda acerca das intervenções havidas nas estradas que este intervenientes referiu, dizendo que foi alcatrada há bem pouco tempo a estrada que vai dos Casais do Chão ao Arrimal. -----

-----Quanto ao Parque da Vila, informa mais uma vez, que de acordo com aquilo que está previsto no PDM é uma zona que está prevista como verde integração, onde é permitido efectivamente todos os edifícios que tenham a ver com um espaço verde, uma pequena explanada, um quiosque, uma estrutura de apoio às crianças, etc., e não um quartel de Bombeiros. -----

-----Em resposta a **Carlos Venda**, quanto à água de São Bento, recorda-lhe que já levaram a água, ao Casal Velho, aos Penedos Belos, à Pia do Lobo, e ligaram todos os pequenos núcleos urbanos, que estando paralelos e próximos da estrada principal, não tinham água. Portanto São Bento não está assim tão prejudicado em termos de abastecimento de água. Disse ainda que será lançado brevemente mais um concurso para mais um dos lugares de São Bento. -----

-----Relativamente ao abastecimento de água ao Alqueidão da Serra, parece-lhe que o assunto está a ser politizado, esclarecendo que foram identificados três problemas: em primeiro lugar as condutas estavam velhas, e rebentavam todos os dias; em segundo lugar havia falta de reservatórios; e em terceiro, a dependência das "Águas do Lena". Foram resolvidos parcialmente o primeiro e o segundo problemas, fazendo grandes intervenções no rejuvenescimento da conduta de águas, recordando várias obras que ali foram feitas. Referiu ainda que para obviar a situação de dependência das "Águas do Lena" se está a avançar com o sistema de abastecimento de água ao Alqueidão a partir do sistema de Mira de Aire, "EPAL", que é um sistema misto. -----

-----Em resposta a **Ana Narciso** e quanto ao site, informou que o mesmo está a ser reestruturado, e está parcialmente concluído, pelo que dentro de pouco tempo haverá um novo site. Referiu ainda que no actual site do município existe muita informação disponível -----

-----Quanto ao relógio responde que é uma boa medida, para que não se excedem nas intervenções. -----

-----Respondendo à deputada **Olga Silvestre**, recordou-lhe a grande intervenção que fizeram

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquando da retirada do amianto do parque da EBI de Porto de Mós, e também nas antigas piscinas, onde está hoje o Espaço Jovem. Disse ainda que existem mais no concelho, sendo um dos que mais o preocupa, neste momento o da escola secundária, que no entanto não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Referiu ainda outras estruturas públicas e privadas no concelho com amianto. Informou que de acordo com a legislação, está a ser feita uma relação dos edifícios que contêm amianto, e que tem que ser comunicado oportunamente à entidade referida na legislação. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usando da palavra disse querer perguntar à deputada **Ana Narciso**, que ficou combinado na última reunião, que eventualmente poderia vir cá hoje o Professor Saul Antonio Gomes, para dar alguns esclarecimentos sobre a autenticidade ou não do pelourinho, perguntando-lhe se realmente fez alguma diligência, nesse sentido. -----

-----A **António Pires** referiu, a propósito da organização de alguns eventos culturais cuja iniciativa foi da Assembleia Municipal, que sem a colaboração da Câmara Municipal não teriam sido possíveis, tendo esta prestado um apoio inexcusável, tendo feito os cartazes, a divulgação e dando todo o apoio logístico. Trata-se de um trabalho de equipa, sendo o Município de Porto de Mós que sai a ganhar. Disse tratar-se de uma questão de justiça, e está aqui apenas a repor a verdade dos factos. Concluiu que certamente se irão organizar mais eventos dizendo que sempre poderá continuar com a parceria da Câmara nessas actividades. -----

-----**Ana Narciso**, concordou com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de que as iniciativas devem ser da Assembleia e não de um deputado ou do presidente, dizendo que relativamente ao convite ao professor Saul Antonio Gomes para vir aqui à Assembleia Municipal esclarecer sobre a autenticidade do referido Cruzeiro, isso deveria ser feito por este órgão e não individualmente por si própria. Disponibilizou-se no entanto para fazer as diligências necessárias, sempre em conjunto com o Presidente da Assembleia se esta assim o entender. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia respondeu que de facto convidou a senhora deputada a fazer essa diligência, pensando que a senhora deputada tinha aceite e que o assunto estava entregue. Quem tinha manifestado as dúvidas, sobre a autenticidade do pelourinho foi a deputada Ana Narciso. E também manifestou dúvidas se o professor Saul teria ou não dado o seu apoio, e que seria útil que ele viesse aqui à Assembleia esclarecer. Para ele o assunto estaria encerrado. -----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Portomosenses na Guerra do Ultramar;-----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, referindo que é um assunto particularmente sensível, e achou que o assunto era tão relevante, que convidou o Sr. José Conteiro, para vir a esta Assembleia, hoje oficialmente para usar da palavra, neste ponto da ordem de trabalhos. E depois, os deputados que se quiserem inscrever e comentar, deverão fazê-lo. -----

-----Teve a palavra o Senhor José Conteiro, que passou a explicar o que estava escrito na moção que tinha redigido. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a colaboração do Sr. José Conteiro. Informou a Assembleia que teve uma reunião na Liga dos Combatentes, com o Sr. Coronel Travassos Fernandes, que é o Secretário-geral da Liga dos Combatentes. Que da parte da liga dos Combatentes, há toda a receptividade a esta iniciativa, aliás esta iniciativa tem sido replicada por outros concelhos. Devem aprovar uma moção, envia-la ao Presidente da Liga, e de imediato responderão e dirão o que poderão fazer. E adiantaram que podem dar todo o apoio logístico às trasladações, para Portugal, só não têm meios financeiros para isso. Esclareceu que em relação à inscrição no Memorial Nacional do Bom Sucesso, informaram-no que todos os nomes que lá estão, são de militares que comprovadamente morreram em combate em Ultramar. Informou ainda que redigiu uma moção, que no fundo resume a do Sr. José Conteiro, que leu. Referiu ainda que deveriam por só os dois primeiros pontos, uma vez que o terceiro ponto está a suscitar dúvidas. -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Senhor José Conteiro, voltou a falar, para informar que estão inscritos no Memorial Nacional, 17 dos 19 Portomosenses, e só 2 é que morreram em combate. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS).** -----

-----Usando da palavra referiu que é um ponto muito sensível, porque também ele esteve em Ultramar, e veio para Portugal, numa maca. Concorde com a trasladação e com o Memorial em Porto de Mós, para que a juventude de hoje se recorde de quem andou em Ultramar.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU).** -----

-----Disse que também concorda com o que disse o Sr. deputado Joaquim Santiago, é uma boa iniciativa. Relativamente á posição da Liga, sobre a inscrição dos militares no memorial, pensa que seria mais ajustado a inclusão do nome de todos os militares. E quanto às trasladações é de louvar.--

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD).** -----

-----Disse que acha que um povo tem que ter memória, e isto tem que estar presente na memória de todos os portugueses. Tem a agradecer ao Sr. José Conteiro, por ter proporcionado a esta Assembleia um tema como este. A forma como a moção estava escrita não suscitou dúvidas em subscrive-la, nem a ele nem aos colegas líderes de bancada, com quem esteve reunido. Referiu ainda que depois da informação apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia, o PSD subscrive na íntegra a proposta redigida pelo Presidente da mesa. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS).** -----

-----Disse que está de acordo com a moção e que é um tema que faz parte da nossa história, estando também de acordo com o memorial no concelho. Disse ainda querer realçar o esforço da liga e de muitos cidadãos, que é um trabalho louvável. -----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da junta de Freguesia de Pedreiras – PSD).** -----

-----Em nome freguesia das Pedreiras, louvou a iniciativa dizendo que da parte da freguesia será dado todo o apoio possível. Referiu-se às várias formas como a freguesia já honrou os seus militares e do que vai ser feito, também por sugestão do Senhor José Conteiro. -----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD).** -----

-----Referiu também apoiar a moção, mas disse não podr concordar que se retire o terceiro ponto, pelo facto de a Liga ter respondido que, só lá estavam inscritos os nomes dos militares que morreram em combate. É mais ou menos unânime na Assembleia que não importa o facto de ter morrido em combate, importa sim o facto de ter morrido em Ultramar ao serviço da pátria. Acha que devem reivindicar a inscrição no Memorial Nacional destes militares. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que não queria ser mal entendido, para ele o assunto estava esclarecido quando o Secretário-Geral da Liga lhe disse que só lá estavam os militares que tinham morrido realmente em combate. Mas a partir do momento em que lhe dizem, que sabem que lá estão inscritos nomes de militares que não morreram em combate, nada tem a opor e subscrive na integra. Disse ainda que está aqui para tentar dar o melhor encaminhamento possível a este assunto e não quer pôr qualquer obstáculo. -----

-----Passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu que não esteve na guerra de Ultramar, mas viveu de perto este problema. Disse à Assembleia e ao Sr. José Conteiro, que neste momento já adquiriram uma pedra com alguma imponência de origem de Porto de Mós, que vai ser colocada no Parque Verde. Está á espera que o Sr. José Conteiro, lhe faça chegar o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

texto, com os nomes, o local e a data onde eles morreram, por ordem alfabética de preferência, para fazer a lápide e fixar nessa pedra. Agradecendo ao Sr. José Confeiro declarou que também o executivo se associa a esta moção.

O Senhor Presidente da Assembleia, passou a ler a moção, assinada pelos deputados.

MOÇÃO

A Assembleia Municipal reunida em 25 de Fevereiro de 2011, aprova a seguinte moção:

Assunto: Militares Naturais de Porto de Mós, Mortos na Guerra do Ultramar:

Ponto n.º 1: Transladações:

Considerando que o Furriel Mecânico Auto n.º 3764-EP do esquadrão de reconhecimento, com o nome Antonio Rosa Ferreira, filho de Albino Ferreira e de Rosa Pereira Moniz, natural de Tojal de Baixo, freguesia de São João Baptista, Porto de Mós, morreu na barragem de Chicamba Real em 28 de Março de 1964 durante a sua missão militar no território de Moçambique e cujos restos mortais estão sepultados no cemitério de Vila Pery, campá n.º 290;

Considerando que o 1.º Cabo Atirador n.º 320/64 pertencente ao pelotão de caçadores independentes n.º 964, com o nome Oscar Gomes Pires, filho de José Pires e de Joaquina da Piedade Gomes, natural de Tremoceira, freguesia de Pedreiras, Porto de Mós, morreu em combate na zona de Luali, Cabinda, Angola, em 22 de Outubro de 1965 e cujos restos mortais estão sepultados na cidade de Cabinda, no talhão militar B, fila 1, campá n.º 8.

Considerando o disposto na Resolução 79-II Série A, N.º 172-7 de Agosto de 2009, aprovada por unanimidade pela Assembleia da República em 23 de Julho de 2009.

Esta Assembleia delibera para que, em colaboração com as famílias:

a) Junto da Liga dos Combatentes e outras entidades e pessoas, que de algum modo possam colaborar, se diligencie e solicite para que as suas ossadas sejam trasladadas para a sua terra natal;

b) Sejam nomeados delegados desta Assembleia os Presidentes das Juntas de Freguesia de São João Baptista e de Pedreiras, respectivamente José Gomes dos Santos e Antonio Rogério de Oliveir Vieira afim de colaborarem com as famílias e demais entidades e pessoas até à conclusão das transladações;

c) Se proceda de igual modo com as ossadas do Furriel desaparecido, Orlando da Silva Gomes Belo, se o seu caso vier a ter novos desenvolvimentos.

Ponto n.º 2: Inscrições no Memorial Nacional do Bom Sucesso, Lisboa:

Alinea Única: Esta Assembleia solicita à Liga dos Combatentes e outras entidades com responsabilidade neste caso, para que logo que seja possível, sejam apostos os nomes dos militares em falta e que são naturais deste concelho. A saber:

Antonio Rosa Ferreira, Furriel n.º 3764-EP Moçambique 28/03/64

José Manuel da Silva Franco, soldado n.º 021804/67 Moçambique 21/06/69

Ponto n.º 3: Memorial Local:

Esta Assembleia delibera para que a Câmara Municipal diligencie no sentido de colocar, em obelisco e em local apropriado, dentro da Vila de Porto de Mós, um memorial com os nomes dos militares naturais deste concelho, que deram a sua vida no cumprimento da sua missão no ultramar.

Porto de Mós, 25 de Fevereiro de 2011.

(Assinaturas dos líderes dos Grupos Municipais do PS e do PSD, bem como do Deputado eleito pela CDU)

Foi depois posta a votação a referida moção, tendo a mesma sido **aprovado por unanimidade**.

2. Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra, dizendo que este assunto tem vindo a ser falado na Assembleia tendo chegado a hora de fazer essa alteração. Explicou que a intenção era dar a palavra ao público em tempo apropriado, para que não fique até ao fim da sessão para poder usar da palavra.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD).**-----

-----Esclareceu que esta alteração do regimento, apareceu por sugestão do deputado Virgílio Casimiro tendo todos os deputados sido sensíveis a isso. Acrescentou ainda que foi a pensar no público que se apresentou esta proposta. Explicou que de acordo com o líder da bancada do PS e com a aceitação do deputado independente Luis Manuel da Silva Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento) e de António da Conceição Ferraria (CDU), o que se sugere é passar o período do publico para, depois do "período antes da ordem do dia" e antes da "ordem de trabalhos", sendo apenas o que está a ser alterado. Aproveitou ainda para chamar a atenção para que todos respeitem o Regimento.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra – PS).**-----

-----Usou da palavra para dizer que concorda com as palavras do deputado António Pires e que de facto não faz sentido obrigar – se o publico a esperar até tarde, para poder usar da palavra.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS).**-----

-----Referiu que está perfeitamente de acordo com a proposta apresentada, mas quer salientar que esse facto não deve ser impeditivo de que o público continue presente para assistir até ao final da sessão.-----

-----O Senhor Presidente leu a proposta, que foi subscrita pelos líderes do PSD, do PS e pelo deputado independente e por António Ferraria (CDU) e que a seguir se trancreve:-----

-----**ARTIGO 38º**-----

-----*Período para intervenção do público*-----

-----1 – Encerrado o período de antes da ordem do dia, há um período de intervenção do público durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados.-----

-----2 – A mesa, após as inscrições feitas para intervir neste período, fixará a sua duração, que não poderá exceder sessenta minutos.-----

-----3 – As actas das sessões ou reuniões, devem fazer referência sumária às intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia resumiu ainda que o Regimento, em relação ao público, mantém-se intacto, só que em vez de ficar no final, fica a seguir ao período de antes da ordem do dia.-----

-----Colocou a votação do **ponto nº 2. Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós**, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano 2011:**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, começou por explicar que foi aprovado um novo organigrama do município, e o que está aqui é uma adaptação à nova estrutura do quadro de pessoal. Disse ainda que poderão surgir algumas dúvidas, explicando que a diferença entre os lugares preenchidos e os a preencher não é na realidade o que parece. Passou a dar alguns exemplos colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD).**-----

-----Declarou que irá votar favoravelmente, mas questionou se pode concluir, que pela explicação do Senhor Presidente da Câmara, se estes mapas dizem que a Câmara vai admitir 5 elementos, perguntando se vão abrir concurso.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao deputado Carlos Venda, dando mais alguns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplos, e explicando que são lugares que já estiveram ocupados e agora estão vagos, porque os contratos ou estágios acabaram e também por reforma de funcionários. Na prática são pequenos ajustes. Refere ainda que reduziram nos Chefes de Divisão e não foram criados Departamentos.

-----Colocou a votação do ponto nº 3. 1.ª **Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano 2011**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

4. Regulamento Municipal para Utilização do Castelo de Porto de Mós:

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Câmara, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal, passado a palavra ao Vice-presidente, senhor Albino Januário.

-----O Senhor Vice-presidente referiu-se ao facto de o Castelo de Porto de Mós, desde há alguns anos para cá, ter vindo a ser solicitado para os mais diversos fins. Explicou que houve necessidade de regulamentar a utilização do Castelo, elaborando então o regulamento com a ajuda de todo o executivo. Disse ainda que foi publicado em Diário da República, tendo estado em discussão pública durante um mês não havendo nenhuma proposta de alteração. Esclareceu ainda que as taxas já foram aprovadas, quando foi aprovada a tabela das taxas municipais. Referiu depois que é um documento de grande importância para regularizar a actividade no Castelo de Porto de Mós. --

Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD).

-----Referiu que não tem nada contra o regulamento, mas que não percebeu se estão previstas medidas de segurança, qual o numero máximo de pessoas por cada evento ou se as instalações sanitárias são suficientes. Sobre acidentes que possam vir a existir questionou a quem caberia a responsabilidade, se à Câmara ou à entidade organizadora do evento.

António José de Meneses Teixeira (PS).

-----Começa por dar os parabéns à Câmara Municipal pelo primeiro regulamento para utilização do Castelo, mas revela que como especialista na matéria tem alguma dificuldade em votar favoravelmente. Perguntou se o documento tem alguma base científica e se estão acauteladas possíveis danos ao castelo, uma vez que é um património histórico importante. Por outro lado pensa que não se justifica o pagamento das visitas ao castelo perante os conteúdos que estão disponíveis ao público.

António da Conceição Ferraria (CDU).

-----No uso da palavra chamou a atenção de que a cedência do Castelo não deve interferir com a livre circulação do público que o pretende visitar.

Olga Cristina Fina Silvestre (PSD).

-----Referiu que o regulamento era necessário, mas que o seu conteúdo tem algumas deficiências dizendo que o mesmo começa por ter uma omissão no prazo de resposta, por parte da Câmara a dar ao requerente. Também no caso da isenção das taxas, disse que o critério é muito subjectivo, o que pode vir a criar alguma desigualdade de critérios.

Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS).

-----Questionou sobre o valor das taxas perguntando quais são, perguntando também, se no caso de haver um evento durante o dia, se as pessoas que pretendem visitar o Castelo podem entrar

António Manuel Ferreira de Almeida (PS).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A sua intervenção, vem no sentido de perguntar ao executivo sobre a alternativa de acesso ao Castelo de outro tipo de veículos. -----

-----Não havendo mais interenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara que na pessoa do senhor Vice-Presidente começou por responder ao deputado **António Teixeira**, dizendo que por ser o primeiro documento não deve ser considerado acabado, pois com o decorrer do tempo poderá haver necessidade de alterações. Respondeu ainda que não foi consultada nenhuma comissão científica, foi feito com base em regulamentos existentes. Explica ainda que a decisão de cedência do castelo é da competência da Câmara Municipal, de todo o executivo. Quanto à segurança disse que a mesma é contemplada, bem como a responsabilidade e requisitos. -----

-----Respondendo agora ao deputado **Carlos Vieira**, disse que a segurança é da responsabilidade do requerente, e que o pedido de cedência tem que estar devidamente instruído sendo que o objectivo é restringir e preservar aquele património histórico. -----

-----Esclareceu ainda o deputado **António Ferraria**, de que o regulamento impõe que as entidades a quem será cedido o castelo não podem impedir a visita ao monumento por turistas. -----

-----Respondendo à deputada **Olga Silvestre**, de que realmente existe uma omissão na resposta, disse que irão ter o máximo de cuidado, até porque é objecto de deliberação de Câmara. -----

-----A **Joaquim Santiago**, explicou que o requerente tem que especificar o tempo e o que querem efectivamente e pagar por isso. -----

-----Em resposta a **António Almeida**, aproveitou para falar no número de visitantes ao Castelo, e na intenção da criação da loja do castelo para oferecer um melhor serviço aos turistas. Sobre o acesso ao castelo, informa que estão a tentar negociar um imóvel para permitir o acesso de um autocarro ao Castelo. -----

-----Pedi a palavra o Vereador **Júlio Vieira**, sugerindo ao deputado António José Teixeira, que proponha uma comissão científica para acompanhamento do castelo aproveitando também para dar os parabéns à Câmara pela ideia de aquisição do imóvel, que vai facilitar o acesso ao Castelo, esperando no entanto que não seja esquecida a questão do estacionamento. -----

-----No uso da palavra o Senhor Vice-presidente, divulgou alguns valores das taxas que irão ser cobradas no Castelo. -----

-----O deputado **António José Teixeira**, interveio novamente para mais uma vez dar os parabéns à Câmara, dizendo que no entanto tem medo enquanto técnico, das decisões que vão ser tomadas, se não houver um apoio científico. -----

-----Posto a votação o ponto nº **4. Regulamento Municipal para Utilização do Castelo de Porto de Mós**, foi o mesmo aprovado com **duas abstenções**. -----

-----**5. Protocolo de delegação de competências entre o Município de Porto de Mós e a Freguesia do Juncal:** -----

-----De posse da palavra o senhor Presidente da Câmara, esclarecendo que o que está em causa é a autorização por parte da Assembleia Municipal, delegando competências à Câmara, para que esta possa assinar o protocolo com a respectiva Junta de Freguesia. Informa ainda que foi enviado um modelo do protocolo, mas não é o protocolo que vai ser votado, mas sim a autorização para que a Câmara o possa assinar. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**. -----

-----Questionou qual a necessidade de protocolar este pavilhão, uma vez que já existem outros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e não estão protocolados. Questionou ainda sobre a utilização do pavilhão, pois ao estar a ser gerido pela Junta de Freguesia do Juncal pode deixar de servir a população ali mais próxima do Juncal, como por exemplo, das Pedreiras, Tremoceira e outras. -----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU)**-----

-----Declarou que se vai abster, uma vez que não está aqui a ser votado o protocolo em si. -----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia do Juncal - PS)**.-----

-----Esclareceu que, também a Junta de Freguesia tem que pedir autorização à Assembleia de Freguesia para poder assinar o protocolo. Justificou aos deputados da municipais a necessidade da existência do protocolo, informando ainda da necessidade de haver alguns ajustes no referido protocolo. -----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD)**-----

-----Solicitou que na redacção da acta, no ponto 5, vigorasse a palavra "autorização", referindo ainda que seria um processo mais lógico, se o protocolo viesse só à Assembleia no fim das duas partes terem acertado todos os pormenores. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos deputados municipais, relembando que este ponto resulta da legislação nomeadamente do artigo 66º, alínea f) da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro que passou a ler "A Câmara mediante autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesias interessadas, mediante a celebração de protocolo", esclarecendo que a Assembleia Municipal tem que autorizar a Câmara a delegar competências na Junta de freguesia para gerir o edifício, reforçando que essa é uma das competências da Assembleia e que é isso que se pretende. -----

-----Respondendo ao deputado **António Pires**, disse que os outros pavilhões não são situações iguais, referindo-se ao de Porto de Mós e Mira de Aire. -----

-----Respondeu ainda ao deputado **João Coelho**, dizendo que o protocolo vai ter que ser analisado conjuntamente até chegarem a um acordo. -----

-----Posto a votação o ponto nº 5. **Protocolo de delegação de competências entre o Município de Porto de Mós e a Freguesia do Juncal** foi o mesmo **aprovado com dezassete abstenções**. -----

-----**6. Emissão de Parecer sobre Projecto de Lei nº 374/XI (Fixação dos Limites Territoriais das Freguesias de São Mamede, Reguengo do Fetal e Batalha, no Município da Batalha e de Mira de Aire, Alqueidão da Serra e Calvaria de Cima no Município de Porto de Mós, bem como em consequência, os limites Territoriais dos Municípios da Batalha e Porto de Mós no que respeita às respectivas fronteiras) da iniciativa do Partido Social Democrata;** -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, informou que esta questão já tinha sido levantada na Assembleia Municipal de Porto de Mós e da Batalha, resultando da questão que se pôs quando do arrelvamento sintético no Alqueidão da Serra, uma vez que parte dele estava no concelho da Batalha. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**.-----

-----Chamou a atenção, para que se visse o que está registado em termos de serviços cadastrais para que não se corra o risco dos proprietários dos terrenos no limite do concelho estarem a pagar contribuições ao município do lado. -----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra - PS)**. --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Informou que tem pedidos de certidões na junta, que não podem ser passados enquanto, este projecto-lei não estiver aprovado. -----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD).** -----

-----Sugeriu que os serviços topográficos da Câmara, consultem documentos mais antigos, porque se recorda que os limites do concelho eram diferentes e o Alqueidão perdeu vários metros quadrados com os novos limites. -----

-----**Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima (PS)).** -----

-----Disse que acompanhou as técnicas da Câmara Municipal da Batalha, assim como o colega do Alqueidão da Serra para dar novos pareceres e vão ter de se pronunciar novamente na Assembleia de Freguesia. -----

-----Posta a votação o ponto nº 6. **Emissão de Parecer sobre Projecto de Lei nº 374/XI (Fixação dos Limites Territoriais das Freguesias de São Mamede, Reguengo do Fetal e Batalha, no Município da Batalha e de Mira de Aire, Alqueidão da Serra e Calvaria de Cima no Município de Porto de Mós, bem como em consequência, os limites Territoriais dos Municípios da Batalha e Porto de Mós no que respeita às respectivas fronteiras) da iniciativa do Partido Social Democrata, foi o mesmo aprovado por unanimidade.** -----

-----**7. PROC.º N.º 181/2009 – REQUERENTE – Mármore Garcogel, Ld.º, requer a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, referente à exploração da pedreira denominada “Cabeço Gordo n.º 2”, sita na freguesia de Serro Ventoso;** -----

-----Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara, pedindo a permissão para se referir ao mesmo tempo sobre o ponto 7, 8 e 9, uma vez que são situações idênticas, pediu para que se corrija na acta, no ponto 9, onde diz Pedreiras, não é Pedreiras mas sim Juncal. Explicou a necessidade de ser reconhecido como interesse público municipal, no caso das pedreiras, por estarem numa área de Reserva Ecológica Nacional e ser a única hipótese perante a lei para poderem ser ampliadas. Em referência à empresa C. S. - Coelho da Silva S. A. explica que se trata de um grande investimento por parte da empresa. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia antes das inscrições pediu aos deputados que se pronunciassem, sobre os 3 pontos ao mesmo tempo. -----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU).** -----

-----Manifestou-se favoravelmente, considerando ser uma manutenção de postos de trabalho ou até mesmo novos postos. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio (PS).** -----

-----No que se refere ao ponto 9 da ordem de trabalhos, disse querer chamar a atenção, para a drenagem das águas pluviais, por ser uma área muito grande de alcatroamento e telhados. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD).** -----

-----Declarou que iria votar favoravelmente, só pelo facto de se estar a criar postos de trabalho conforme referiu o deputado António Ferraria. Mas gostava de ser esclarecido acerca do que implica o interesse municipal. -----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia do Juncal - PS).** -----

-----No que se refere ao ponto 9 da Ordem de Trabalhos, começou por congratular a empresa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo seu crescimento, principalmente nos tempos que correm informando ainda que tem acompanhado o processo e esclarecendo que está a ser planeado o escoamento das águas pluviais. Inclusive foi aprovado pela Assembleia de Freguesia a mudança de um caminho público, para uma nova implantação, a fim de facilitar o escoamento das águas pluviais. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD).** -----

-----Disse que iria votar favoravelmente, como em outras ocasiões, perguntando se a situação da empresa C. S. - Coelho da Silva S.A. é igual à das pedreiras. -----

-----**António José Teixeira de Meneses (PS).** -----

-----Dirigindo-se a Antonio Pires, disse que este tem que olhar para a bondade da lei, passando a dizer que se vive em república e que portanto, temos o governo da coisa pública. E aqui neste caso, temos a coisa particular com interesse público. Referiu-se depois à importância que tanto as pedreiras como as cerâmicas tiveram no concelho desde os primórdios dos tempos.-----

-----De posse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por responder ao deputado **Joaquim Santiago** dizendo que o estudo de impacto ambiental foi feito e foi identificada essa questão das águas pluviais, tendo sido inclusive feitas correções na implantação, para que haja uma melhor drenagem, passando a explicou o processo de drenagem. -----

-----Ao deputado **António Pires**, respondeu que no caso da empresa Coelho da Silva é realmente de interesse municipal, por ser uma empresa que exporta para vários países do mundo. --

-----Reforçou o que tinha dito o Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, sobre a mudança do caminho público. -----

-----Respondeu a **Carlos Venda** que o pavilhão em causa, apenas numa ponta apanha Reserva Ecológica Nacional, assim como o caso das pedreiras. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia põe de seguida a votação os 3 pontos em separado. -----

-----Posto a votação o ponto nº 7. **PROC.º N.º 181/2009 – REQUERENTE – Mármore Garcogel, Ld.ª, requer a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, referente à exploração da pedra denominada “Cabeço Gordo n.º 2”, sita na freguesia de Serro Ventoso foi o mesmo aprovado com 2 abstenções.** -----

-----Posto a votação o ponto nº 8. **PROC.º N.º 182/2009 – REQUERENTE – Mármore Garcogel, Ld.ª, requer a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, referente à exploração da pedra denominada “Cabeço Vedeiro”, sita na freguesia de Serro Ventoso foi o mesmo aprovado com 2 abstenções.** -----

-----Posto a votação o ponto nº 9. **PROCESSO N.º 441/2010 – REQUERENTE - C.S. – Coelho da Silva, S.A., requer declaração de interesse Municipal do projecto de ampliação do estabelecimento industrial, sito em Bajuncos, freguesia das Juncal foi o mesmo aprovado por unanimidade.** -----

-----O deputado municipal **Rui Marto** disse querer apresentar uma declaração de voto, o que fez oralmente, tendo dito que na sequência do que tem sido a sua posição já há várias sessões a esta parte, quanto às pedreiras, referindo que a declaração de interesse municipal devia ser para casos como o desta empresa, como um prémio a uma indústria que se diferencie e não banalizando esse tipo de interesse.-----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou também uma declaração de voto, dizendo que não tem nada contra as empresas, não conhecendo sequer os empresários, mas acha que se está a banalizar muito esta questão, por conta da criação de postos de trabalho, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabendo quais as consequencias em termos de impostos e outras, dizendo que não se sente confortado com isso, e concluindo que o interesse publico municipal é uma coisa séria que se está a banalizar.-----

-----A deputada **Ana Narciso** subscreveu a declaração de voto do Senhor Presidente da Assembleia. -----

-----10. Concessão de Exploração da Cafeteria do Parque Verde da Vila; -----

-----O Senhor Vice-presidente, usando da palavra pediu permissão para falar do ponto 10 e 11, uma vez que estão interligados, passando a explicar aos deputados que o executivo pretende que a Assembleia autorize a Câmara a avançar com o concurso de concessão de exploração daqueles dois imóveis. Passando a descrever a sua localização, constituição e fim a que se destinam e o modo como pretendem cobrar a renda. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio (PS)**. -----

-----Questionou os preços, referindo que só no final de ver o espaço, se poderia pronunciar. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**. -----

-----Pronunciou-se no sentido de manifestar a sua opinião, dizendo que não concorda que a Câmara invista neste tipo de infra-estruturas e que não concorda com o projecto do parque verde. Declarou ainda que não iria votar favoravelmente, mas também não irá votar contra. -----

-----**Rui Fernando Carreira Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS)**. -

-----Referiu-se às rendas, fazendo uma comparação com o valor que está na tabela de taxas relativo à concessão de uma explanada em espaço público. Esclareceu ainda que não irria pronunciar-se contra nem a favor, tendo em conta que é um valor base para um concurso público. -----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**. -----

-----Manifestou a sua opinião, dizendo que a Câmara poderia estar a desmotivar os estabelecimentos já existentes dando condições de primeira nestes espaços, tendo em conta os tempos difíceis que estamos a atravessar, declarando que se vai abster. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara, antes de passar a palavra ao Senhor Vice-presidente quis responder a algumas questões. Respondendo ao deputado **António Pires**, disse que o parque verde é uma obra que faz parte do programa eleitoral, e que está a ser cumprido. -----

-----Ao deputado **Virgílio Casimiro** responde que é uma obra que fazia falta, para que as pessoas de Porto de Mós não se tenham que deslocar a outros locais para passear os seus filhos. -----

-----O Senhor Vice-presidente respondeu também ao deputado **Virgílio Casimiro**, que no mundo das empresas, tem que haver concorrência, para haver qualidade e diferenciação. -----

-----Respondendo ao deputado **Rui Marto**, disse que tem que haver uma partilha de mercado, para uma melhor oferta ao consumidor. -----

-----Concluindo, disse para responder ao Senhor **Joaquim Santiago** e a todos aqueles que de um modo geral se manifestaram dizendo que as taxas são baixas, que tem que haver um incentivo explicando novamente que as rendas têm actualizações contratuais obrigatórias. Reforçou ainda as palavras do Senhor Presidente da Câmara, dizendo que estas estruturas são adequadas ao espaço. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi posto a votação o ponto nº 10. **Concessão de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exploração da Cafeteria do Parque Verde da Vila tendo o mesmo sido **aprovado com 18 abstenções**.

Foi depois posto a votação o ponto nº **11. Concessão de Exploração do Snack-Bar – Doca 2 do Parque da Vila** tendo o mesmo sido **aprovado com 18 abstenções**.

14. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

O senhor Presidente da Câmara disse, referindo-se à informação em apreço, e que diz respeito à actividade desenvolvida pela Câmara Municipal no período que medeia entre a presente sessão e a anterior, que iria dispensar-se de a ler mas não quis deixar de destacar algumas obras, desde logo o facto de se andar a pôr um piso aderente no troço Bouceiros/Casal Duro/Covão da Carvalha, onde são habituais os acidentes há muitos anos.

Referiu depois que foram enviadas às estradas de Portugal os projectos das Rotunda do IC2 e do cruzamento de S. Jorge, bem como foram iniciados os trabalhos de alargamento da Ponte de Rio Alcaide, tendo já sido demolida a casa do senhor Gaivoto.

Realçou ainda a construção da terceira fase do Parque Industrial, continuando a aparecer as empresas a querer ali investir.

Quanto ao projecto de abastecimento de água ao Alqueidão da Serra, disse que o projecto está pronto, estando-se a aguardar os pareceres das Comissões da RAN e da REN.

Referiu-se ainda à intervenção que se está a fazer no muro da Cruz da Léguas, bem como na Casa Calado no Juncal.

Fez depois menção às obras do Parque Verde que está a andar a bom ritmo, tendo já tido início a Ecopista.

Disse ainda que continuam as negociações com os proprietários dos terrenos junto da EB 1 de Porto de Mós.

Disse depois que o Posto de Turismo de Porto de Mós está em reestruturação.

Passou depois a pronunciar-se sobre o Relatório da IGAL, começando por dizer que estavam bastante satisfeitos com o mesmo, dado que, tendo estado dois inspectores na Câmara durante três meses a ver tudo, apenas recomendam algumas questões de pormenor, o que considera bastante positivo. Passou depois a referir algumas das irregularidades apontadas no relatório, nomeadamente as que se prendem com o processo de licenciamento da Sirplaste e com a construção da piscina que tem na sua casa e que foi objecto de queixa anónima junto da IGAL. Passou depois a explicar as vicissitudes ocorridas com o primeiro processo de licenciamento, dizendo que neste momento pensa que as arguidas irregularidades já estão sanadas e que no que toca à sua piscina, a mesma foi construída no tempo em que era Presidente de Câmara o Eng. Gomes Afonso, sendo essa construção feita ao abrigo de um regulamento que dizia que obras com menos de 50 metros quadrados estavam isentas de licença, acrescentando que a sua piscina tem trinta e poucos metros quadrados, e que estaria disponível para arcar com todas as responsabilidades que daí advierem.

Referiu-se ainda às obras que foram efectuadas sem concurso e cujo pagamento foi depois negociado via Tribunal Administrativo, com os respectivos empreiteiros, e que foram detectadas pela IGAL e foram objecto da mais veemente censura por parte desta entidade.

Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS).

Intervio para convidar todos a estarem presentes nas festas que se irão realizar nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bombeiros do Juncal. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Começou por se referir ao relatório do IGAL, dizendo que perante as explicações do Senhor Presidente da Câmara, achava que como sucessor das funções de quem o antecedeu, tinha feito bem em resolver os problemas da forma que explicou. -----

-----Questionou depois o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a questão que colocou sobre o Boletim Municipal, uma vez que não lhe deram resposta. -----

-----Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara se o cruzamento da Tremoceira no IC2, iria ter ou não alguma intervenção pois achava que o tráfego ali iria aumentar muito. -----

-----Referiu-se ainda ao Plano de Pormenor da Várzea, dizendo que deveria haver realmente um planeamento, para que todos soubessem o que poderá dali sair. Disse ainda que gostaria de saber se o quartel de bombeiros está ou não para ali planeado. -----

-----**Viçtor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Referiu-se ao relatório do IGAL, dizendo que tinha levantado o problema das obras ilegais, no início do penúltimo mandato congratulando-se por ficar escrito no papel, de que tudo o que disse era realmente verdade. Congratulou também o senhor Presidente da Câmara por ter resolvido o problema uma vez que os empreiteiros tinham o direito de receber por aquilo que tinham feito. -----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Comunicou que pretende continuar a receber toda a documentação das sessões da Assembleia em papel, justificando que não tem condições para imprimir em casa. -----

-----Solicitou ainda ao senhor Presidente da Câmara, que logo que fosse possível, envidasse esforços para que se ligasse o saneamento do Alqueidão da Serra, uma vez que já está feito, atendendo a que se trata de uma verba razoável, podendo com esses fundos, estender o saneamento às ruas que ainda não são servidas pelo sistema. -----

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que quem quisesse continuar a receber a documentação da Assembleia Municipal em suporte de papel só teria que se dirigir aos serviços administrativos manifestando essa vontade essa vontade. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Interveio questionando se a Casa Calado do Juncal, tem aberto algum processo de classificação, por forma a poder assim vir a candidatar-se a fundos do QREN. Perguntou ainda se a obra está a ser acompanhada nas áreas da especialidade. -----

-----Disse ainda que gostaria de ser mais esclarecido em relação ao Plano de Pormenor de São Jorge. -----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Interveio dizendo que, por razões de transparência dos actos, quer a alteração ao Regimento quer a declaração de interesse público municipal reconhecido às empresas, deveriam estar em destaque no site da Câmara, possibilitando que todas as empresas do concelho tenham conhecimento deste mecanismo legal que lhes possibilitará o desbloquear de um certo tipo de situações. -----

-----Terminou dizendo que continua a achar que Câmara tem responsabilidade no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ordenamento do Território, pois se trata de uma sua competência, ouvindo naturalmente as entidades interessadas.

António Manuel Ferreira de Almeida (PS).

Referiu-se à falta de cuidado que os empreiteiros da obra do IC9 e também da obra do Parque Verde, têm com a limpeza do pavimento das estradas. Fez depois menção também ao pavimento da rotunda do Rossio que está a degradar-se dia após dia.

Teceu ainda alguns comentários ao abandono a que a quinta da Mirinha está votada, com o saneamento a vazar em alguns sítios, começando também a ser parque de estacionamento de camiões e sendo ainda local de despejo de lixo.

Referenciou também a falta de médicos no Centro de Saúde de Porto de Mós.

Alertou ainda para os danos existentes na paragem de autocarros, perto da Garrafeira Condestável.

Fez ainda referencia à existência dos dois prédios velhos junto ao Parque Verde, que deviam ser pintados antes da inauguração do mesmo.

Olga Cristina Fino Silvestre (PSD).

Referindo-se às palavras do senhor Presidente da Câmara relativamente ao Relatório da IGAL, chamou a atenção para o facto do Presidente da Câmara actual ser na altura da execução das obras sem concurso, Vice-presidente, perguntando-lhe se alguma vez se tinha oposto à realização das obras em causa e dizendo ser bom que cada um assumas as suas responsabilidades, pois o que é dito na parte final do relatório é que se o processo não tivesse prescrito, o mesmo continuaria contra os membros do executivo.

Referiu-se depois à solidão dos idosos sugerindo à Câmara Municipal, que através da Rede Social e parcerias com várias entidades pudessem atenuar essa solidão. Aproveitou para questionar o executivo sobre uma promessa que este fez no mandato anterior, quando disse que seria lançado um concurso público para aquisição de uma carrinha que iria percorrer o concelho, fazendo a parceria com o Centro de Saúde, que era o que estava previsto, e que colmataria esta necessidade.

Pedro Lavado Gomes Vieira (PS).

Referindo-se ao ponto 14 da informação, perguntou se o contrato de avença a um técnico na área de segurança, higiene e saúde no trabalho, teria a ver com o requerimento que fez à Câmara a propósito da desratização dos edifícios. Sugeriu ainda que as campanhas de desratização em edifícios públicos, deviam ser publicadas no site da Câmara.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que o requerimento do senhor deputado Pedro Lavado lhe chegou às mãos no dia 15 de Fevereiro de 2011.

António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD).

Manifestou a sua satisfação, em relação à execução da rotunda do IC2 na Tremoceira, reputando-a de obra urgente. Quanto ao IC9 fica satisfeito por não se ter encontrado um nó de ligação, sendo essa a posição da grande maioria da população.

Hélder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS)

Esclareceu que o abrigo de passageiros, junto à Garrafeira Condestável já está reparado.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Esclareceu ainda, relativamente à desratização que a ultima vez que a mesma foi feita foi quinta e sexta feira (hoje) e tinha sido feita no mês de Novembro, estando já agendado para o próximo mês de Abril fazer uma nova desratização em todas as escolas.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes. -----

-----Dizendo a **António Pires** que o projecto da rotunda da Tremoceira/IC2 foi enviado E.P. Estradas de Portugal. -----

-----Fez depois um comentário acerca do aumento de tráfego na Estrada Nacional nº 1, que muitos chamam de IC2, mas que não é, porque não tem características de Itinerário Complementar, dizendo que se assim fosse, isso implicaria a vedação lateral da mesma o que criaria grandes dificuldades ao comércio local, principalmente ao nível da restauração, pois ficariam sem acesso directo. -----

-----Em relação à alteração ao Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós, explicou as duas situações que não estão de acordo com o Plano de Pormenor da Várzea, e têm que ser alteradas, -----

-----Relativamente à questão dos bombeiros, responde que o local pretendido por eles, não é possível por ser leito de cheias e também é Reserva Agrícola Nacional tendo-lhe já sido sugerida outra localização. Disse ainda que o campo de futebol foi construído naquele local dado que de acordo com o plano de pormenor, ali são possíveis estruturas ligadas ao desporto.-----

-----A **Carlos Vieira**, respondeu que estão a pressionar as pessoas que façam a ligação do saneamento, mas nem sempre é fácil. -----

-----A **António Teixeira**, respondeu dizendo que não está aberto nenhum processo de classificação, para a Casa Calado, mas estão a ter todo o cuidado para manter a traça original. -----

-----Sobre o acompanhamento do plano de pormenor de salvaguarda de São Jorge, informou que todas as demolições que ali são feitas, são autorizadas pela Direcção Regional da Cultura do Centro e acompanhadas por arqueólogos. -----

-----A **Ana Narciso**, respondeu que que o site da Câmara está em remodelação. -----

-----Referiu-se depois ao facto de o Ordenamento do Território ser da competência da Câmara Municipal, dizendo que na realidade assim não é, em virtude de o concelho estar abrangido por várias áreas protegidas, pelo que, o que resta à Câmara para gerir em termos de ordenamento é quase nada. -----

-----A **António Almeida**, respondeu que a fiscalização da Câmara actua com alguma frequência, mas que nesta altura do ano, com as chuvas é de facto difícil manter o pavimento limpo, nas estradas de acesso a essas obras. -----

----- Respondeu ainda que o Pavimento da rotunda do Rossio, não vai ser reparado, porque vai ser tudo arrancado para se proceder á obra de saneamento e rede de águas pluviais. -----

----- Na quinta da Mirinha tem havido uma grande intervenção, mas reconhece que ainda há muito para fazer. -----

-----Sobre os médicos, disse que efectivamente é um grande problema que temos no concelho. -----

-----Sobre os prédios antigos junto ao Parque Verde, diz que não tem sido fácil resolver a situação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Olga Silvestre**, respondeu que não enjeita responsabilidades que lhe são atribuídas, mas que o grosso das obras apontadas pela IGAL são de 2005. -----

-----Quanto àquilo que esta deputada disse acerca do apoio aos idosos, referiu o bom trabalho prestado nessa área, pela associação "Coração Amarelo". Disse ainda que a carrinha não foi adquirida, por não haver médicos disponíveis para esse efeito. -----

-----A **Pedro Vieira**, respondeu que o técnico da área de segurança e higiene tem a ver comacompanhamento das obras, ou seja não se pode avançar com nenhuma obra que não tenha o respectivo técnico de higiene e segurança. -----

-----A **António Vieira**, respondeu que quanto á retunda do IC2, já se referiu, na resposta a António Pires. -----

-----PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----O senhor Presidente da Assembleia quis agradecer ao público a paciência que teve por esperar até ao final, cedendo-lhes depois a palavra. -----

-----**Telmo Conceição**, sugeriu que a pedra que o Senhor Presidente da Câmara referiu, fosse colocada junto ao obelisco já existente na vila de Porto de Mós, para que não houvesse duplicações dos memoriais. -----

-----**Isidro Bento**, referiu-se ao local onde estavam posicionados na sala da Assembleia, dizendo ser uma das mais adequadas, apontou apenas o facto de as cadeiras não estarem nas melhores condições. -----

-----Solicitou que a documentação enviada aos membros da Assembleia, lhes fosse também enviada ao mesmo tempo por *email*, para terem tempo de trabalhar a informação. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia, respondeu a Isidro Bento, dizendo que a imprensa na semana que antecede a sessão, pode dirigir-se ao departamento de secretariado da Assembleia e pedir a documentação. -----

-----Quanto às cadeiras, respondeu que irão tentar proporcionar um melhor conforto. -----

-----**Miguel Carreno**, referiu-se à poda dos plátanos dizendo que poderiam repor as árvores que tiveram que ser abatidas anteriormente. -----

-----Referiu-se também às obras do IC9, solicitando que os caminhos fossem verificados com alguma frequência. -----

-----Sugeriu ainda que seja criado um Regulamento de Utilidade Pública, para que tudo esteja mais definido. -----

-----Fez alguns reparos em relação ao funcionamento da Casa da Cultura de Mira de Aire, referindo-se ao facto de serem cobradas entradas, ao barulho provocado pelas crianças, a ainda ao facto de as cadeiras serem amovíveis e o ar condicionado não estar a funcionar. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a Telmo Conceição, que tem razão, que já existe um obelisco, mas que este não tem dimensões para ali serem gravados todos os nomes dos militares que morreram no ultramar, pelo que tem que se arranjar uma solução, não obstante a localização poder ser a mesma. -----

-----A **Isidro Bento**, respondeu que irá procurar na próxima Assembleia ter o cuidado de arranjar cadeiras em melhores condições. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Miguel Carreno**, respondeu que não é possível por enquanto repor as árvores em falta, porque tem que ser feito um tratamento ao solo, deixando passar algum tempo, e só depois poderão ser plantadas novas árvores. -----

-----Quanto ao cominho das Quintas, respondeu que já deu instruções para que fosse reparado, mas a niveladora não tem estado disponível. -----

-----Sobre a Casa da Cultura, respondeu que o grupo Coral teve despesas com os grupos que convidou para o espectáculo e naturalmente que não tendo rendimentos de outra forma tinha que cobrar bilhetes, tendo sido apenas um valor simbólico. -----

-----Ainda sobre a Casa da Cultura, disse que o ar condicionado ainda não está ligado, porque ainda não está feita a baixada definitiva por parte da EDP. -----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das *deliberações* **1. Portomosenses na Guerra do Ultramar; 2. Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós; 3. 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano 2011; 4. Regulamento Municipal para Utilização do Castelo de Porto de Mós; 5. Autorização de delegação de competências entre o Município de Porto de Mós e a Freguesia do Juncal; 6. Emissão de Parecer sobre Projecto de Lei nº 374/XI (Fixação dos Limites Territoriais das Freguesias de São Mamede, Reguengo do Fetal e Batalha, no Município da Batalha e de Mira de Aire, Alqueidão da Serra e Calvaria de Cima no Município de Porto de Mós, bem como em consequência, os limites Territoriais dos Municípios da Batalha e Porto de Mós no que respeita às respectivas fronteiras) da iniciativa do Partido Social Democrata; 7. PROC.º N.º 181/2009 – REQUERENTE – Mármore Garcogel, Ld.ª, requer a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, referente à exploração da pedra denominada “Cabeço Gordo n.º 2”, sita na freguesia de Serro Ventoso; 8. PROC.º N.º 182/2009 – REQUERENTE – Mármore Garcogel, Ld.ª, requer a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, referente à exploração da pedra denominada “Cabeço Vedeiro”, sita na freguesia de Serro Ventoso; 9. PROCESSO N.º 441/2010 – REQUERENTE - C.S. – Coelho da Silva, S.A., requer declaração de interesse Municipal do projecto de ampliação do estabelecimento industrial, sito em Bajuncos, freguesia do Juncal; 10. Concessão de Exploração da Cafetaria do Parque Verde da Vila; 11. Concessão de Exploração do Snack-Bar – Doca 2 do Parque da Vila; 12. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; tendo estas sido submetidas a votação e *aprovadas por unanimidade*. ----**

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada à 1.00 hora do dia 26 de Fevereiro e para constar se lavrou a presente acta que irá assinar e que eu, Anabela Lizardo Fortio Marques, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

